26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e representação da informação

COLONIALIDADE E CRÍTICA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

COLONIALITY AND THE CRITIQUE OF KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS

Ingrid Rocha Guimarães – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Larissa de Oliveira Bustillos Villafan – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Gustavo Silva Saldanha – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A partir da perspectiva sociocrítica da organização do conhecimento, a pesquisa tem como objetivo demonstrar o caráter excludente e violento dos sistemas de organização do conhecimento, quando formulados sob o viés universalista, por meio da análise de metarrepresentações presentes em instrumentos brasileiros em domínios socioculturais. Justifica-se a investigação pela necessidade de aprofundamento epistemológico-histórico em organização do conhecimento, em diálogo com as leituras sociocríticas de conformação do domínio, acerca das heranças coloniais e racistas no Brasil. A premissa metodológica é a de que instrumentos dedicados ao patrimônio cultural, ao folclore e aos estudos sociais brasileiros, em tese, apresentariam alta permeabilidade à pluralidade. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de estrutura teórica, via perspectiva exploratória. O marco teórico-analítico ancora-se nos preceitos da teoria crítica da organização do conhecimento e na perspectiva decolonial, mobilizando os conceitos de extrativismo epistêmico e ontológico de Ramón Grosfoguel e a teoria crítica de gênero na epistemologia da organização do conhecimento de Hope Olson. O corpus da pesquisa documental foi constituído por uma amostragem focada em sistemas de organização do conhecimento brasileiros. O critério de inclusão estabeleceu a seleção de tesauros cujos domínios fossem explicitamente voltados à cultura e à sociedade. A análise demonstra como tais instrumentos reduzem cosmologias e sujeitos presentes na periferia da construção do discurso ocidental, como mulheres, pessoas negras e indígenas. Os resultados apontam para a identificação de violências epistêmicas que reforçam a estrutura da colonialidade e seus efeitos de violência através da reprodução perpetuada pelos sistemas de organização do conhecimento.

Palavras-chave: sistemas de organização do conhecimento; teoria crítica da organização do conhecimento; organização do conhecimento em domínios socioculturais; violência epistêmica; colonialidade.

Abstract: From a socio-critical perspective on the knowledge organization, this research aims to demonstrate the exclusionary and violent nature of knowledge organization systems when formulated from a universalist perspective, through the analysis of meta-representations present in Brazilian instruments within socio-cultural domains. The study is justified by the need for in-depth epistemological-historical understanding of knowledge organization, in dialogue with socio-critical readings of domain conformation concerning colonial and racist legacies in Brazil. The methodological premise is that instruments dedicated to Brazilian cultural heritage, folklore, and social studies would, in theory, exhibit high permeability to plurality. Methodologically, the study is characterized as qualitative research with a theoretical structure, via an exploratory perspective. The theoretical-analytical framework is anchored in the precepts of the critical theory of knowledge organization and the decolonial perspective, mobilizing the Ramón Grosfoguel's concepts of epistemic and ontological extractivism and Hope Olson's gender critical theory in knowledge organization epistemology. The corpus of the documentary research was constituted by a sampling focused on Brazilian knowledge organization systems. The inclusion criterion established the selection of thesauri whose domains were explicitly focused on culture and society. The analysis demonstrates how such instruments reduce cosmologies and subjects present on the periphery of the construction of Western discourse, such as women, Black people, and Indigenous people. The results point to the identification of epistemic violence that reinforces the structure of coloniality and its violent effects through the reproduction perpetuated by knowledge organization systems.
Keywords: knowledge organization systems; critical theory of knowledge organization; knowledge organization in sociocultural domains; epistemic violence; coloniality.

1 INTRODUÇÃO

A produção, a organização, a recuperação e o uso do conhecimento registrado e de suas metarrepresentações configuram-se como processos estruturantes para o desenvolvimento da Ciência da Informação (CI) como discurso epistemológico, centralmente a partir da Organização do Conhecimento (OC). O campo informacional, quando considerada sua vinculação de surgimento sob a configuração anglo-saxônica aos paradigmas da racionalidade ocidental moderna, estruturalmente do positivismo e ao neopositivismo, constituiu-se via a ideia da neutralidade técnica em uma trajetória histórica na qual, sob o pressuposto da universalidade, operou-se a exclusão das premissas pluri-epistemológicas e dos condicionantes políticas inerentes à validação dos saberes em sua diversidade. Desse modo, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) serviram para consubstanciar e reproduzir historicamente os paradigmas da ideia de ciência na Modernidade, e, logo, de verdade, através de um universal com ponto de origem etnocentrado.

Nesse contexto, a pesquisa é guiada pela seguinte questão: de que maneira os Sistemas de Organização do Conhecimento brasileiros, mesmo quando voltados a domínios socioculturais, reproduzem e perpetuam estruturas de violência epistêmica? Para responder a essa problemática, o objetivo geral é demonstrar o caráter excludente e violento dos SOCs, quando formulados sob o viés universalista, por meio da análise de metarrepresentações presentes em instrumentos brasileiros em domínios socioculturais, investigando as raízes lógicas e as heranças histórico-políticas que sustentam a permanência dessas estruturas de mediação sociotécnica do conhecimento registrado. Sustenta-se que os instrumentos de metarrepresentação dos saberes operam como dispositivos de poder que reduzem cosmologias e sujeitos presentes na periferia da construção do discurso ocidental, como mulheres, pessoas negras e indígenas. Tais instrumentos, oriundos de princípios de racionalidade e empirismo eurocêntricos e, posteriormente, americanos, constituíram recursos descontextualizados para o usufruto e a validação da ciência ocidental fundada na performance da técnica como motor do progresso humano. Para alcançar este fim, definem-se os seguintes objetivos específicos: (1) Discutir criticamente os fundamentos epistemológicos da ciência moderna, evidenciando como tais premissas se desdobram e são aplicadas na Organização do Conhecimento por meio de práticas enviesadas; (2) Caracterizar os SOCs como instrumentos técnico-conceituais de metarrepresentação, examinando como suas estruturas classificatórias participam da produção de hierarquias epistemológicas; (3) Examinar casos históricos e contemporâneos como evidências desse viés.

Justifica-se esta investigação pela necessidade de aprofundamento epistemológico-histórico em OC, em diálogo com as leituras sociocríticas de conformação do domínio, acerca das heranças coloniais e racistas no contexto brasileiro, com vistas à construção de uma ciência socialmente mais justa na e para sociedade.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de estrutura teórica, via perspectiva exploratória. A abordagem qualitativa está fundada nas dimensões epistemológicas e políticas que permeiam a construção do conhecimento, demandando uma interpretação aprofundada das relações de poder subjacentes aos métodos e teorias de elaboração e de desenvolvimento dos SOCs. O marco teórico-analítico ancora-se nos preceitos da teoria crítica da OC e na perspectiva decolonial, mobilizando os conceitos de extrativismo epistêmico e ontológico de Ramón Grosfoguel (2016b) e a teoria crítica de gênero na epistemologia da OC de Hope Olson (1998, 1999).

O *corpus* da pesquisa documental foi constituído por uma amostragem intencional focada em SOCs brasileiros. O critério de inclusão estabeleceu a seleção de tesauros cujos domínios fossem explicitamente voltados à cultura e à sociedade. A premissa metodológica é a de que instrumentos dedicados ao patrimônio cultural, ao folclore e aos estudos sociais deveriam, em tese, apresentar alta permeabilidade à pluralidade representacional; logo, a identificação de violências epistêmicas nesses domínios específicos reforça a estrutura da colonialidade e os riscos de atuação dos SOCs como multiplicadores dos processos de exploração e de exclusão, epistemicídio e apagamentos.

Foram selecionados quatro instrumentos, a saber, (i) Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (IPHAN, 2004), analisado via plataforma *online*; (ii) Tesauro de Cultura Material dos Índios no Brasil (Motta, 2006); (iii) Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (Ferrez, 2016); e (iv) Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998), sendo os três últimos analisados em seus formatos estáticos (PDF). A consolidação do *corpus* e a análise dos dados ocorreram em maio de 2026. A seleção não visou a exaustão, mas, sim, a sua representatividade, elegendo tesauros que ilustram a persistência histórico-metodológica do fenômeno investigado.

Do ponto de vista procedimental, o percurso empírico se estruturou em duas fases de coleta, seguidas de uma etapa de interpretação. Primeiro, procedeu-se a análise direta dos sistemas utilizando expressões de busca e marcadores estruturais associados às populações negra e indígena (“indígena”, “índios”, “tribos”, “negro”, “negra” e “afro”). Segundo, para mitigar vieses de recuperação, caso os termos não aparecessem na busca direta, procedeu-se à navegação extensiva pela estrutura sistemática e pela política de construção dos tesauros. A etapa interpretativa consistiu em uma abordagem qualitativa de natureza dedutiva, ancorada em premissas teóricas como a subordinação hierárquica e teleológica apontada por Olson (1998, 1999) e os indícios de extrativismo e redução ontológica ressaltados por Grosfoguel (2016a; 2016b). A partir desse aporte, os critérios de avaliação basearam-se no escrutínio das relações semânticas dos tesauros. Avaliou-se como as relações de equivalência (USE/UP), as relações hierárquicas (Termos Genéricos/Específicos), definições e as notas de escopo são utilizadas para metarrepresentar os sujeitos. Salienta-se que o exercício exploratório da pesquisa não visa atestar uma intencionalidade violenta na concepção dos sistemas, mas compreender a violência como forma estruturante na reprodução da falsa neutralidade e da pseudo-universalidade dos SOCs, sob o ponto de vista da técnica, como na crítica olsoniana

(Olson, 1998, 1999). Em outros termos, antes da crítica à elaboração e à práxis dos SOCs, centralmente daqueles orientados para metarrepresentação das relações de opressão e de violência, o foco está em contribuir para a contínua reformulação dos sistemas e para a denúncia de suas formas de exclusão e de massacre simbólico.

2 A ÉTICA CIENTÍFICA QUE INVENTOU O "OUTRO" NA EPISTEMOLOGIA DA MODERNIDADE

A premissa basilar da ciência moderna, definida por Maria Nélida González de Gómez (1993) como momento gnosiológico, reside na separação entre sujeito cognoscente e objeto conhecido. Essa dicotomia, que cinde mente e mundo, razão e prática, é criticada por Tim Ingold (1993). O autor argumenta que esse dualismo embasa um conhecimento desencarnado e universalizante, desqualificando sistematicamente os saberes situados e experienciais que emergem do engajamento prático com o mundo, especificamente aqueles oriundos do "habitar" (*dwelling*) (Ingold, 1993, p. 453). Para Ingold (1993), a pretensão de distanciamento ontológico em nome de uma objetividade desapaixonada estruturou a hierarquização de saberes e a relação utilitária com o mundo.

Nesse processo, o sujeito ocidental eurocêntrico edificou sua autoridade precisamente ao ocultar as interdependências que constituem a cognição humana. No contexto geopolítico de conformação da epistemologia moderna, a partir dos processos de colonização, concebe-se, pois, não só a natureza como um "outro", uma figura fora da comunidade epistêmica europeia e, posteriormente, americana, como também todas as sociedades aquém e além de tal ontologia. Inclui-se aqui, no plano da exclusão, a alteridade dos sujeitos não pertencentes a esse núcleo de definição do que é ou não científico, os "outros", não europeus, não americanos, não homens, não brancos, não pertencentes ao fórum epistemológico que fundamenta o que é ou não a ciência e os limites da cientificidade. Do ponto de vista da formação histórica dos SOCs na Modernidade, a sua prioridade de categorização esteve na sistematização das ciências modernas, bem como na estrutura teológica dos contextos europeus, conforme a reconstrução bibliográfica dos sistemas realizada por Gabriel Peignot (1802a; 1802b) para as classificações entre os séculos XVI e XVIII.

A estratificação operou uma violência epistêmica que animaliza as culturas originárias, reduzindo-as à condição de espécimes imersos na natureza sob o estigma da irracionalidade (Ingold, 1993). Essa desumanização ontológica engendra o racismo epistêmico, lançando as ontologias do Sul global na zona do não ser, onde a legitimidade de corpos e saberes é anulada

(Grosfoguel, 2016a). O privilégio epistêmico ocidental estruturou-se sobre os epistemicídios perpetrados entre 1450 e 1650, período de formação de um novo sistema histórico baseado em lógicas de espoliação e controle que dita, até hoje, os critérios coloniais de validação do conhecimento (Grosfoguel, 2016a).

A base epistemológica hegemônica inicialmente eurocentrada institucionaliza os extrativismos ontológico e epistêmico, processos interdependentes que reduzem a vida a recursos inertes (Grosfoguel, 2016b). Ancorado em Leanne Betasamosake Simpson, Grosfoguel (2016b) define o extrativismo ontológico como uma forma destrutiva de existência que converte todas as esferas da vida em insumo. No território do saber, a dominação opera o extrativismo epistêmico ao usurpar cosmologias vivas, descontextualizando-as e suprimindo a agência original dessas matrizes para o benefício exclusivo do sistema hegemônico.

A colonização das Américas atesta a concretude dessa estrutura, visto que a invasão territorial impôs o paradigma eurocêntrico como ferramenta de dominação, desqualificou os povos originários e, simultaneamente, capitalizou econômica e simbolicamente seus saberes quando se mostravam convenientes para o avanço científico ocidental (Grosfoguel, 2016b). A história dessa relação consolidou uma assimetria na qual a cognição e os próprios corpos indígenas sofreram tratamento análogo ao de mercadorias. Nessa realidade, Linda Tuhiwai Smith (1999) demonstra como a pesquisa acadêmica operou como eixo da engrenagem colonial ao converter modos de conhecer ancestrais em posse mercantil sob a falsa justificativa do universalismo científico.

A ontologia da Modernidade eurocêntrica tem, via colonialidade, um de seus pontos mais graves de violência epistêmica no conceito de raça e em seu produto classificatório em ação, o racismo, como se observa na análise de Georges Vignaux (2000). Conforme o pesquisador, a "lógica racista implacável" (Vignaux, 2000, p. 94) se sustenta dentro dos sistemas de classificação desde que aceitos os princípios pseudocientíficos e a fundamentação de uma "ordem natural" a partir do senso comum. Esse método, o racismo como operador classificatório, será silenciosa ou escancaradamente, manifesto nos SOCs para construção dos processos extrativistas (da fauna, da flora, do espírito, no sentido cultural, da escravização humana). Como exemplo, o método é demonstrado pelo epistemólogo congolês Cimbalanga Mulamba (2014) no processo de exploração do Congo no período de 1885 a 1960 a partir dos usos das teorias e modelos coloniais fundados na pseudociência da construção europeia da noção de raça, exploração esta, por sua vez, que está na origem da multiplicação de recursos

financeiros para o desenvolvimento econômico de territórios como Bélgica e Estados Unidos da América, onde são elaboradas, respectivamente, Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação Decimal de Dewey (CDD).

A lógica racista denunciada por Vignaux (2000) não apenas habita, mas molda ativamente a estrutura documentária através de esquemas de classificação que normalizam uma ordem natural excludente como verdade universal. Este projeto político transforma a representação informacional em um dispositivo de dominação, servindo à estratégia de centralizar a validação dos saberes em elites e empurrar o conhecimento divergente para o limbo proscrito das margens (García Gutiérrez, 2006). O cenário corrobora a premissa de González de Gómez (1993), a saber: a representação é um exercício de força que extingue identidades, revelando a face predatória que sustenta a validação científica ocidental.

3 DA VIOLÊNCIA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O processo de sistematização do conhecimento, base para a criação de SOCs, é um imperativo da condição humana, enraizado em necessidades que transcendem a funcionalidade técnica (Vignaux, 2000). Historicamente, esse processo foi impulsionado pela busca por sobrevivência e adaptação ao meio, uma vez que o conhecimento sobre os contextos naturais e espirituais assegurava a continuidade da vida e a preservação de recursos vitais.

Smith (2018) destaca que o povo Māori, na Nova Zelândia, orientava-se pelo princípio de “conhecer para sobreviver”, concebendo o conhecimento como meio de leitura da realidade, previsão de fenômenos ambientais e manejo de recursos naturais voltado à preservação da existência coletiva. Estudos de Kidwell (1993 *apud* Littletree, Belarde-Lewis e Duarte, 2020) demonstram que povos originários das Américas desenvolveram sistemas de conhecimento sobre astronomia, calendários, medicina e domesticação de plantas e animais, organizados para garantir a subsistência das gerações futuras. Nesses contextos, o conhecimento é organizado não para usufruto custodial, mas como dispositivo prático voltado à preservação da existência desses povos.

No âmbito da OC, os SOCs constituem “[...] instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos para um esquema estruturado sistematicamente” (Carlan; Bräscher, 2011, p. 55), representando as características dos conteúdos de modo a facilitar a recuperação das informações neles veiculadas. Em sua concepção teórica, relatam as autoras, o objetivo central desses sistemas visa assegurar a

eficácia da recuperação da informação por meio da padronização terminológica, da eliminação de ambiguidades, do controle de sinônimos e do estabelecimento de relações semânticas que favoreçam a interoperabilidade e a descoberta de recursos por seres humanos e máquinas.

Olson (1998) observa essa concepção nos trabalhos de pioneiros da classificação, como W. C. Berwick Sayers (1881–1960), que, no livro *Manual of Classification* (1926), compreende as classificações bibliográficas como mapas do conhecimento humano que abrangem "[...] todas as coisas que possamos ter conhecido, conhecemos ou podemos conhecer. Em termos metafísicos, ela abrange todo o ser" (Sayers, 1926, p. 65-66). Para Olson (1998), a ideia de que seria possível construir um sistema ilimitado e uma classificação universal fundamenta-se em uma perspectiva empirista, segundo a qual existiria uma única realidade cognoscível passível de representação pelos SOCs. Entretanto, a autora argumenta que nenhum sistema é capaz de representar a realidade em sua totalidade, uma vez que todo sistema classificatório é fruto de exclusões, recortes e limites.

A epistemologia da Modernidade, aplicada à OC, contribuiu para sustentar a ilusão de completude e neutralidade manifestada nas classificações ditas universais. A crença na universalidade e na imparcialidade dos SOCs em tal epistemologia encontra nas concepções positivistas sua forma de aplicar "[...] aos fenômenos e processos humanos, as mesmas técnicas de observação e pesquisa das ciências da natureza" (Araújo, 2018, p. 21). Melissa Adler (2017) argumenta que as teorias e classificações das ciências e da natureza formuladas por Auguste Comte, Herbert Spencer e Charles Darwin influenciaram os processos de organização dos saberes ao transferirem para a classificação o ideal de rigor e objetividade das ciências naturais. Com isso, a classificação passou a ser concebida como uma ciência regida por leis, fortalecendo, tanto na literatura científica como no senso comum, a ideia de que seria possível construir metarrepresentações neutras e objetivas do universo do conhecimento. Contudo, conforme argumenta Collin (1993, p. 29), as classificações não são divisões objetivas inerentes à natureza das coisas, mas "[...] estruturas que impomos à natureza. [...] os tipos de coisas são, de fato, criações humanas".

Para além da influência do positivismo, as características arbitrárias e excludentes frequentemente presentes nos SOCs também podem ser compreendidas como um "legado" da lógica aristotélica, que historicamente fundamentou a estrutura dos sistemas tradicionais de organização do conhecimento. Segundo Olson (1999), esse legado manifesta-se por meio de uma "trindade da exclusão" composta pela exclusividade mútua, pela hierarquia e pela

teleologia. A exclusividade mútua, derivada do silogismo lógico, pressupõe que algo pertence a uma única classe e, consequentemente, é excluído de todas as demais. Essa lógica, argumenta a autora, dificulta a representação de identidades fluidas e de "termos fronteiriços", que transitam entre múltiplas categorias. A hierarquia, baseada na organização vertical entre gênero e espécie, impõe uma ordem única que simplifica excessivamente a complexidade social e natural, resultando em classificações rigidamente mono-hierárquicas. Já a teleologia orienta a classificação para uma finalidade previamente determinada, desconsiderando, muitas vezes, as necessidades específicas de comunidades locais e de diferentes grupos de usuários.

Para Olson (1999), esses três princípios constituem barreiras estruturais à inclusão nos sistemas de classificação, uma vez que operam de forma descontextualizada e "não podem ser atualizados para adequar-se a uma nova ou diferente situação" (Olson, 2012, p. 109-110 *apud* Lara, 2022, p. 135). A autora argumenta ainda que essa lógica baseada em "essências" fixas e invariáveis favorece a produção de estereótipos, pois a categoria passa a ser definida antes mesmo da consideração do indivíduo ou do conceito específico. Desse modo, a aparente universalidade desses sistemas corresponderia, na realidade, a uma construção do Ocidente voltada à manutenção da "supremacia cultural excludente da cultura patriarcal e colonial europeia dominante" (Olson, 2000, p. 404). Como consequência, saberes de grupos minoritários são silenciados, enquanto práticas de organização da informação, sob a aparência de neutralidade técnica, acabam por marginalizar e invisibilizar sujeitos e conhecimentos que não se enquadram nos padrões hegemônicos.

Para além da herança aristotélica apontada por Olson (1999), a consolidação dos aparatos de organização do saber no ocidente também oculta uma economia política estruturada sobre a barbárie, na qual a infraestrutura política, econômica e tecnológica responsável pela formalização e pelo controle da produção do conhecimento visava à elaboração de metadocumentações destinadas ao monitoramento do território colonizado e à expropriação de riquezas (Saldanha, 2024), realidade a qual se manifesta de forma acintosa na colonização do Congo pela Bélgica.

Conforme exposto por Gustavo Saldanha (2024), o capital direto oriundo do saque extrativista financiou as instituições globais de saber e a própria gênese da Ciência da Informação na Europa, a exemplo da fundação do *Instituto Internacional de Bibliografia* (IIB) em Bruxelas, evidenciando que a bibliografia operou na origem do campo como um instrumento de dominação política e científica ao ditar os parâmetros de compreensão da realidade e da

representação no cenário internacional. Informação, ouro e sangue entrelaçam-se como elementos indissociáveis na rede de relações de poder que sustentou a exploração colonial, ratificando a premissa da autoridade do sistema informacional ocidental baseada no ocultamento dos processos violentos que a sustentaram (Saldanha, 2024).

A proposta de abolir os sistemas de organização institucionais em resposta à violência estrutural incorre em um simplismo que ignora a impossibilidade de se abdicar da classificação, ato tão utópico quanto a fuga da linguagem ou do pensamento, segundo García Gutiérrez (2006). A necessidade cognitiva de utilizar categorias para a apreensão do mundo determina que a destruição de um arranjo taxonômico resulte na imediata instauração de outro modelo para suprir a lacuna discursiva, circunstância a qual ratifica que o ato de conhecer exige intrinsecamente a organização da realidade (García Gutiérrez, 2006).

4 RESULTADOS: A COLONIALIDADE PRESENTE NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO BRASILEIROS

Os Quadros 1 e 2 apresentam o volume de ocorrências dos termos pesquisados nos instrumentos analisados, evidenciando o apagamento de termos focados especificamente na definição de indígenas e negros em domínios informacionais dedicados à cultura.

Quadro 1 - Ocorrência de termos associados a povos originários

Tesauro	Originário	Indígena	Índio(a)	Tribo
Tesauro de folclore e cultura popular brasileira	Sem resultados	Sem resultados	1 resultado **Use:** "Caboclinho".	1 resultado **Use:** "Caboclinho".
Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros	Sem resultados	1 resultado **Termo:** Maracá (origem indígena).	1 resultado **Termo:** Tabuinhas da Índia.	Sem resultados
Tesauro de Cultura Material do Índios no Brasil	Sem resultados	1 resultado **Categoria:** Povos indígenas*	Sem resultados	Sem resultados
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres	Sem resultados	2 resultados **Termos:** nações indígenas e reservas indígenas.	2 resultados **Termo**: índios brasileiros; Índia (país)	1 resultado **Termo:** tribo

*A categoria foi considerada para a concepção do Tesauro, mas não foi aqui desenvolvida.

Fonte: elaboração própria (2026).

Conforme exposto nos dados do Quadro 1, quem busca por “originário”, “índios(as)” ou “tribos” no *Tesauro de folclore e cultura popular brasileira* é forçado, via relação de equivalência (USE), a consultar o termo “caboclinho” (IPHAN, 2004). A substituição do sujeito por uma representação performática alegórica (um folguedo de carnaval) despoja a existência originária de sua agência e a rebaixa à categoria de entretenimento folclórico. Chama a atenção, ainda, o *Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros* (Ferrez, 2016) que justifica a ausência de objetos da cultura material indígena alegando estarem contemplados pela obra de Motta (2006, p. 7). Porém, o próprio *Tesauro de cultura material dos índios no Brasil* de Motta (2006, p. X) afirma ter evitado a “particularização do artefato segundo o povo indígena”, submetendo o dado à pré-coordenação do sistema. Esse cruzamento de abstenções institucionais corrobora as denúncias de Smith (2018), de que as metodologias hegemônicas tratam as cosmologias e os vínculos ancestrais como obstáculos empíricos a serem superados pela domesticação institucional do saber.

Quadro 2 – Ocorrência de termos associados à população negra

Tesauro	Negro(a)	Afro
Tesauro de folclore e cultura popular brasileira	1 resultado **Termo:** Negras da Costa (bloco) **Variantes encontradas:** Nego fugido (folguedo); Nego-bom (comida); Negrinho d’água (Ser mitológico – Use: Caboclo d’água); Negrinho-do-pastoreiro (ser mitológico).	Sem resultados
Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros	1 resultado **Termos:** Quadro-negro; Apagador (quadro-negro); Indicador (quadro-negro)	Sem resultados
Tesauro de Cultura Material do Índios no Brasil	Sem resultados	Sem resultados
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres	4 resultados **Termos:** mercado negro; movimento negro; movimento de mulheres negras; mulheres negras	2 resultados **Termos:** estudos afro-brasileiros; religiões afro-brasileiras

Fonte: elaboração própria (2026).

A análise do Quadro 2 revela mecanismos de apagamento e estigmatização análogos aos observados anteriormente. Nota-se que os termos “negro”, “negra” e “afro” não estão presentes no *Tesauro de Cultura Material dos Índios no Brasil* (Motta, 2006). No *Tesauro de*

Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (Ferrez, 2016), o termo "negro" aparece apenas como um adjetivo do substantivo composto "quadro-negro". Não se observou a presença de qualquer dimensão sociocultural do sujeito negro. No *Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres* (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998), embora o volume de recuperação seja maior, a terminologia é reduzida novamente à função de qualificador, bem como se atrelam a ela semânticas que tangenciam o pejorativo, como a adoção do termo "mercado negro". A análise do *Tesauro de folclore e cultura popular brasileira* (IPHAN, 2004) revela a supressão do termo "afro", em contraste com a profusão de variantes do vocábulo "negro" direcionadas a alegorias, folguedos, comidas ou seres mitológicos. Ainda que tais manifestações integrem o domínio empírico do folclore, os descritores adotados restringem a representação da população negra a um contexto específico.

A leitura dos Quadros 1 e 2 expõe que, embora os tesauros escolhidos se dediquem predominantemente à cultura, há um silenciamento estrutural e uma obliteração terminológica sistemática das questões indígenas e negras. A partir dessa pesquisa inicial, foram identificados termos e escolhas de classificação que evidenciam as lógicas do racismo documentário. Nesse sentido, cabe ressaltar que, embora o *Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira* (IPHAN, 2004) apresente os termos "pessoa" (indivíduo da espécie humana, homem ou mulher), "indivíduo" (exemplar de uma espécie qualquer, orgânica ou inorgânica, que constitui uma unidade distinta) e "tipo popular" (pessoa que pode ser identificada ou servir de modelo para exemplificação de um grupo social por apresentar um conjunto de características consagradas pela tradição popular, geralmente representadas pela literatura oral), a metarrepresentação desses saberes não contempla o referencial étnico-racial. A ausência dessa marcação reflete uma lógica classificatória cujos referenciais normativos relegam as identidades negra e indígena a cenários folclóricos, enquanto eximem a população branca dessa mesma categorização, visto que as buscas por "branco(a)" retornam apenas usos adjetivos. A disparidade reitera os vieses normativos impostos por lógicas classificatórias tradicionais que acabam por promover o apagamento ontológico dos sujeitos que constroem o patrimônio imaterial do País.

A seguir, o Quadro 3 detalha as hierarquias e relações semânticas impostas aos termos que retornaram resultados. Ressalta-se que o conteúdo expresso na coluna "definição" consiste em transcrição literal extraída dos próprios tesauros analisados, refletindo o discurso institucional dos instrumentos.

Quadro 3 – Representação dos termos nos tesauros

Tesauro	Termo / Estrutura	Definição
Tesauro de folclore e cultura popular brasileira	**Caboclinho** **Usado por**: Caramurus; Tribos; Índios **Termo Genérico**: Folguedo **Termos Associados**: Cabaú; Preaca; Reisado	Folguedo cujos foliões usam vestimentas com inspiração ameríndia, empunham arco e flecha e executam bailado que simula ataque e defesa [...].
	Exu **Termo Genérico**: Orixá **Termos Associados**: Acarajé; Diabo; Jogo de búzios; Tabaco	Orixá que serve de mensageiro entre os deuses e os homens, guarda templos, casas, cidades e pessoas.
Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros	**Máscara (castigo)** **Termo Genérico**: Instrumentos de punição	Máscara de folha de flandres, zinco, estanho ou ferro, fechada atrás com cadeado, aplicada como castigo aos negros escravos que se embriagavam ou para impedilos de comer ou engolir coisas indevidas, como terra, ouro e diamantes [...].
	Anjinhos **Termo Genérico**: Instrumentos de punição	Instrumento de suplício constituído por um anel de ferro com que se prendem os dois dedos polegares dos criminosos presos, mais usado no plural.
	Gonilha **Termo Genérico**: Instrumentos de punição	Aro de ferro que se punha no pescoço de escravos fujões.
	Pelourinho **Termo Genérico**: Instrumentos de punição **Termo Específico**: Golilha **Termos Associados**: Estruturas e elementos de sítios e espaços abertos	Coluna de pedra ou poste de madeira, colocada em praça ou lugar central e público, onde eram exibidos e castigados os criminosos.
	Golilha **Termo Genérico**: Pelourinho **Termos Associados**: Argola	Argola de ferro fixada num poste ou pelourinho, à qual se prendiam criminosos ou escravos pelo pescoço.
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres	**Mulheres negras** **Assunto:** Ciências Sociais e Cultura	-

	Termo Genérico: mulheres **Termos Associados**: anemia falciforme; raça	
	Mercado negro **Assunto:** Economia e Emprego Lei, Governo e Políticas Públicas **Termo Genérico**: mercado **Termos Associados**: crime organizado; setor informal	-

Fonte: elaboração própria (2026).

A análise do Quadro 3 evidencia como os SOCs construídos à sombra da colonialidade operam a manutenção de assimetrias por meio da redução ontológica e do racismo epistêmico. No *Tesauro de folclore e cultura popular brasileira*, o tratamento dispensado às identidades indígenas e às cosmologias africanas revela uma lógica interpretativa fundada na matriz eurocêntrica. O termo Caboclinho, por exemplo, estabelece uma relação de equivalência (USE) que submete os descritores "tribos" e "índios" à condição exclusiva de "folguedo", sendo novamente observada a redução de uma existência a uma representação performática e alegórica de caráter festivo. No mesmo instrumento a representação da divindade Exu apresenta como Termo Associado (TR) a entrada "diabo", explicitando a persistência da subordinação de uma cosmologia à lógica hegemônica.

Um exemplo disso está em Ferrez (2016), na categoria "instrumentos de punição", o termo "golilha" é definido como "argola de ferro [...] à qual se prendiam criminosos ou escravos" (Ferrez, 2016, p. 460). São frequentes as definições inserem a pessoa escravizada na mesma classe lógica de "criminoso", fato que chancela e naturaliza a violência colonial, transformando a vítima de um processo que envolve sequestro, trabalhos forçados, negação da cultura e da identidade originais, punições e cárcere em um alvo de estigma social. O modo de construção e apresentação do instrumento reitera essa hostilidade ao fixar descrições que acusam os escravizados de se embriagar, serem "fujões" e ainda de engolirem "coisas indevidas", escolhas que subvertem a realidade histórica, bem como rebaixam ações de revolta e resistência julgamentos morais.

A própria eleição do termo "Instrumentos de punição" como categoria para indexar aparatos de tortura, mutilação e terror colonial constitui uma eufemização. O vocábulo "punição" pressupõe a existência de um ordenamento jurídico legítimo, de uma infração prévia e de uma autoridade dotada do direito de sanção, mascarando ativamente os crimes de lesa-

humanidade inerentes ao processo de escravização. O atenuamento evidencia-se quando Ferrez (2016, p. 481) confina as expressões “instrumentos de castigo” e “instrumentos de suplício” à condição de termos não preferenciais através da equivalência UP (Usado Por), destituindo-as de autoridade descritiva. Embora a autora admita, na nota de aplicação, que tais artefatos serviam para “torturar”, o instrumento apaga especificidade racial e histórica do sofrimento imposto aos corpos negros e indígenas. Ao optar pela fórmula abstrata “objetos usados para aplicar castigos, torturar ou até mesmo executar seres humanos” (Ferrez, 2016, p. 13), o tesauro invisibiliza o alvo da tortura colonial.

Essa interdição da humanidade permanece no *Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*. Nele, o termo “mulheres negras” apresenta como Termos Relacionados (RT) “anemia falciforme” (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998, p. 120). A metonímia que reduz a complexidade da existência da mulher negra a uma patologia, como atrela a ela uma condição que nem sequer é exclusiva da população negra. Ainda assim, o tesauro opta por fixar o determinismo biológico como a sua principal ferramenta de organização informacional. A violência semântica mantem-se, ainda, quando o mesmo instrumento relaciona “mercado negro” a “crime organizado”, perpetuando o léxico estigmatizante (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998, p. 113).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL COMO OPERADORES DE VIOLÊNCIA EPISTÊMICA

Ao longo do estudo, buscou-se demonstrar o caráter excludente e violento dos SOCs, partindo da premissa de que tais instrumentos operam como dispositivos de poder que reduzem cosmologias e sujeitos negros e indígenas a meros recursos para o usufruto da ciência ocidental. Para tanto, discutiu-se criticamente os fundamentos epistemológicos da ciência moderna e as características dos SOCs como instrumentos técnico-conceituais de metarrepresentação, tendo como foco o exame de algumas das representações presentes em tesauros brasileiros.

Os resultados da análise apontam para diversas manifestações de violência ontológica e racismo epistêmico na estrutura de concepção universalista dos SOCs, mesmo quando o campo empírico de sua construção responde justamente pelas relações sociais e culturais. No que se refere ao corpo negro, os SOCs ratificam o racismo por meio da criminalização e da redução biológica, como evidenciado pela inserção de pessoas escravizadas na mesma classe lógica de

"criminosos" e pela metonímia que reduz a existência de mulheres negras à patologia da anemia falciforme. Identificou-se, ainda, a obliteração da presença indígena e sua substituição por representações alegóricas, como "Caboclinho", processo que folcloriza sua existência originária. Tais evidências demonstram que, sob o pretexto da eficiência técnica e da padronização, SOCs tratam vínculos ancestrais, cosmologias e subjetividades como meros obstáculos empíricos a serem superados pela domesticação institucional do saber.

Cabe reconhecer, entre as principais limitações da pesquisa, o caráter predominantemente descritivo da investigação. Embora o exame de casos brasileiros forneça evidências do racismo epistêmico, a literatura decolonial, conforme adverte Smith (2018), alerta que a simples explicitação de problemas já amplamente percebidos não contribui, por si só, para a transformação das condições que os produzem e reproduzem. O resultado do estudo sublinha a necessidade de ações que transitem do diagnóstico crítico para uma práxis decolonial, buscando implementar mudanças concretas, nos SOCs existentes e por construir, capazes de transformar realidades marcadas pela colonialidade e de restituir a autonomia e a dignidade de sujeitos e saberes historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. Classification along the color line: excavating racism in the stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/17. Acesso em: 4 maio 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Movimentos epistemológicos da ciência da informação. **Códices**, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 61–78, jan./jun. 2018. Disponível em: https://cnb.gov.co/codices/online/Vol14-2018I/VI.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 1998. 304 p.

CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/12867. Acesso em: 4 maio 2026.

CIMBALANGA MULAMBA, Joseph. La bibliographie géologique et minière du Congo belge de 1885 à 1960 : un instrument d'information et de communication pour les puissances coloniales européennes. **Revue de Bibliologie**: Schéma et Schématisation, Paris, n. 80, p. 155-170, 2014.

COLLIN, Finn. Social constructivism without paradox. **Danish Yearbook of Philosophy**, [*s. l.*], v. 28, p. 24-46, 1993. Disponível em: https://brill.com/view/journals/dyp/28/1/article-p24_24.xml. Acesso em: 4 maio 2026.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesauro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2016. Disponível em: https://www.redarte.org.br/tesauros/. Acesso em: 4 maio 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6330. Acesso em: 4 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479. Acesso em: 4 maio 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016a. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078. Acesso em: 4 maio 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y al «extractivismo ontológico»: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colômbia, n. 24, p. 123-143, enero-jun. 2016b. Disponível em: https://www.revistatabularasa.org/numero24/del-extractivismo-economico-al-extractivismo-epistemico-y-extractivismo-ontologico-una-forma-destructiva-de-conocer-ser-y-estar-en-el-mundo/. Acesso em: 4 maio 2026.

INGOLD, Tim. Epilogue. *In*: INGOLD, Tim. **Technology, language, intelligence**: a reconsideration of basic concepts. 1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. **Tesauro de folclore e cultura popular brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, IPHAN, 2004. Disponível em: https://cnfcp.github.io/tesauro/apresentacao.html. Acesso em: 4 maio 2026.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem, significação e referências socioculturais nos sistemas de organização do conhecimento. *In*: SOUZA, Rosali Fernandez de; SALES, Luana; SALDANHA, Gustavo. S. (org.). **Epistemologia da organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 125-142.

LITTLETREE, Sandra; BELARDE-LEWIS, Miranda; DUARTE, Marisa. Centering Relationality: a conceptual model to advance indigenous knowledge organization Practices. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 47, n. 5, p. 410-426, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/1773/46601. Acesso em: 4 maio 2026.

MOTTA, Dilza Fonseca da. **Tesauro de cultura material dos índios no Brasil**. Colaboração de Leandra de Oliveira. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2006. xviii, 250 p. Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-e-publicacoes/outras-series/arquivos/TesaurodeCulturaMaterialdosndiosnoBrasil.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

OLSON, Hope A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. 1/2, p. 53-71, 2000. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v29n01_04. Acesso em: 4 maio 2026.

OLSON, Hope. A. Exclusivity, Teleology and Hierarchy: our Aristotelean legacy. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 26, n. 2, p. 65-80, 1999. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/article/26/2/pii/S0943-7444(24)01273-7. Acesso em: 4 maio 2026.

OLSON, Hope. A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. **Library Trends**, Urbana, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/items/8169. Acesso em: 4 maio 2026.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

SALDANHA, Gustavo Silva. Congo: economia política da epistemologia histórica em Ciência da Informação no plano comparado e internacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.emnuvens.com.br/enancib/en/article/view/852. Acesso em: 4 maio 2026.

SAYERS, Willian Charles Berwick. **A manual of classification for librarians & bibliographers**. London, England: Grafton, 1926.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies**: research and indigenous peoples. London: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press, 1999.

SMITH, Linda Tuhiwai. Introdução. *In*: SAYERS, Willian Charles Berwick. **A manual of classification for librarians & bibliographers**. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VIGNAUX, Georges. **O demónio da classificação**: pensar, organizar. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).